

Jaingo

ANO I • N.º 8 ABRIL 1993

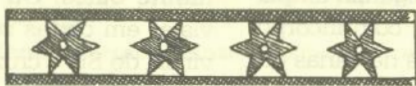
Director: Dario de Melo Fundador: David Bernardino

Preço NKz 500.00

Quando teses federalistas são tidas em alguns círculos europeus e africanos como fórmula desejável para a paz em Angola, e se desenham tentações separatistas, uma historiadora procura responder à questão: Hoje e Aqui seria possível o regresso às fronteiras "tradicionais" dos grandes grupos etnolinguísticos? Ver na página 2.



Os deslocados são um dos temas deste número. Normalmente, a preocupação incide em ajudá-los no que respeita às suas necessidades mais imediatas. Mas o deslocado não é só a boca que carece de pão, é também o braço que precisa de trabalho. E, a propósito de pão, um problema que se vem insinuando e merece a urgência de um inquérito: está ou não a fazer-se candonga com a fome dos deslocados? Voltaremos a este assunto. Entretanto, leia-nos nas páginas 4 e 5.



Temos um país em situação de guerra e, pela mesma razão (além da seca) uma agricultura paralisada e inoperante. O engenheiro Fernando Pacheco, da ADRA, perspectiva para Angola um futuro sombrio e de fome. A entrevista que nos concedeu pode ser lida nas páginas centrais.



A resolução n.º 811 do Conselho de Segurança das Nações Unidas é o documento que publicamos na página 3. Porquê? Todos nós já ouvimos falar dele, mas poucos o conhecem na íntegra. Pareceu-nos importante que mais não seja... para que fique, embora tão somente como documento.



A crónica terá sempre o seu quê de ligeireza com que trata os assuntos de que se faz tema. Se ligeira e breve é a crónica, por vezes, evidentes e importantes são os problemas. Para além do habitual "Escrevinhando e criticando" da página 10, leia na página 9, em "Falar claro", as duas crónicas que ali se publicam...



FOTO: MARCO VERGRUYSSÉ

Porque fogem eles?

E vieram de todos os lugares: de Caxito e Soyo, de Ndalatando e do Uíje, agora também do Huambo.

Porque fogem eles se a guerra nestes locais acabou e agora serão cidades de paz?

Porque fogem eles e se sujeitam a vir a pé, a subir montes, a escorregar encostas, a atravessar rios, a morrer de fome e de sede, a dormir ao relento, a desencontrarem-se da família, a perder os filhos, a não saberem dos maridos nem estes das suas mulheres, a serem mortos pelos tiros de uma implacável perseguição?

Porque fogem mulheres grávidas que têm os seus filhos no mato? Que medo as faz, logo a seguir ao parto, continuarem a caminhar e fugir?

Porque fogem portugueses e vêm com as FAA, numa retirada

intranquila de guerra?

Porque fogem angolanos (de todo o lado), especialmente os filhos nados e criados no planalto, e buscam a protecção das FAA, mesmo sabendo do risco das emboscadas que o caminho oferece?

Porque se arriscam ao suicídio de se verem morrer aos poucos andando centenas de quilómetros a pé? Porque preferem perder tudo, ficar sem casa, não ter dinheiro, andar sujos e sem roupas, estender a mão à caridade internacional?

Porque não fugiram eles para o outro lado, que era ali e mais perto? Porque não ficaram em suas casas, que era mais confortável? Muitos deles, porque não permaneceram com o seu partido, que era mais natural?

Nesta hora em que a Unita se prepara para dizer ao mundo

que as FAA destruíram a cidade do Huambo, que foi o governo que mandou massacrar as gentes do Huambo, parece-nos importante responder a esta pergunta.

Porque fogem eles, apesar de bem informados pela Vorgan, para os sítios onde grassa a corrupção, onde cameiam os oportunistas e aproveitadores e deixam o lado bom, o lado sério, onde ninguém rouba, ninguém aproveita, embora todos matem, esquartejem, limpem e assassinem?

Afinal — Dr. António Monteiro, Senhora Dona Margareth Anstee, Senhor tão apagado representante da Rússia, ilustre mandador do mundo, caríssimo representante dos Estados Unidos — porque fogem eles?



A propósito das fronteiras étnicas em Angola ou o impossível regresso ao passado

Maria da Conceição Neto

Um "mosaico étnico" que não é mosaico

A expressão "mosaico étnico", para caracterizar Angola, talvez seja sugestiva na actualidade, mas é imprópria do ponto de vista histórico. Num mosaico, o desenho final obtem-se por justaposição de muitas peçazinhas, rigidamente arrumadas umas ao lado das outras. Não é esse o caso. Para quem goste de imagens concretas, a nossa realidade seria melhor exemplificada com a tradicional arte de fazer esteiras e cestos e as suas múltiplas formas de enrolar, entrançar ou entrelaçar as fibras vegetais.

Para "desenhar" a Angola de hoje, cruzaram-se ao longo da História diferentes grupos humanos, numa interpenetração tão rica que, mesmo quando o padrão parece uniforme, basta espreitar do avesso ou observar com mais atenção para encontrar a presença de outros elementos.

Numa linguagem menos fantasista diríamos que, ainda quando seja possível traçar as fronteiras existentes entre grupos e subgrupos étnicos, elas não são fixas e imutáveis; antes traduzem um processo histórico pródigo em contactos e em movimentos de populações. O isolamento das comunidades foi a excepção e não a regra. Cada grupo actualmente identificável como uma unidade, grande ou pequeno, mergulha as suas

raízes noutros grupos, existentes ou já desaparecidos; e assim sucessivamente, recuando até aos primórdios do povoamento da vasta região africana a que pertencemos.

A própria tradição oral, valioso repositório da memória colectiva, traduz essa realidade: os mitos de origem são construídos em torno de "casamentos", de forasteiros que se apropriam do poder, de "filhos" do mesmo pai que se separam, de complexos parentescos com outros povos...

Quanto aos Estados africanos anteriores à colonização, as populações abrangidas não são necessariamente uniformes do ponto de vista étnico e cultural. Por exemplo, nem o estado da Matamba (de Njinga Mbande) nem o estado de Kassanje, que mantiveram uma certa continuidade desde meados do século dezanove até meados do século dezanove e cuja língua dominante foi o Kimbundu, eram na origem "eticamente" homogêneos. Além das populações do antigo Ndongo que se deslocaram para fugir ao tráfico de escravos, e dos imigrantes Imbangala (de origem Lunda) recém-chegados, havia antigos tributários do Rei do Kongo e outros grupos menores.

Até onde recuar em busca das "Fronteiras Históricas"?

A moderna ciência histórica continua a investigar o "como", "porquê" e "quando" as coisas aconteceram. Para épocas muito remotas (o povoamento nesta região de África pode ter largas centenas de milhares de anos) é ainda quase impossível seguir o itinerário dos que aqui viveram e morreram. Mas se analisarmos períodos relativamente recentes — alguns séculos — em que já se podem

ir identificando os antepassados de todos nós, é possível ilustrar o carácter dinâmico do povoamento, quer essas comunidades tivessem ou não instituições políticas de tipo estatal.

Se hoje quiséssemos remeter cada um para a sua "zona de origem", seria uma mudança radical na demografia angolana. Há cem anos, o mapa da população era muito diferente, embora possamos identificar os povos pelos nomes ainda actuais. Há mil anos, nem isso; não podemos determinar exactamente quem eram os habitantes de um local, pois a Arqueologia revela alguma coisa sobre as suas técnicas mas não sobre as línguas que falavam, por exemplo.

Povos da floresta, da savana ou do deserto; emigrantes vindos do Norte, do Sul ou do Leste... Caçadores, agricultores ou criadores de gado, todos se foram aqui fixando, demarcando territórios mas também miscigenando sangue e culturas. Conhecemos os Bantu, raiz onde se reconhece a grande maioria do povo angolano actual; mas antes deles, quantos mais?

Depois vieram os contactos com os Europeus e o tráfico de escravos, convergindo para o Atlântico. A instabilidade e os conflitos de interesses atraíram gente para umas zonas, despovoaram outras. Enquanto Mbanza Kongo decaía, o Soyo prosperava temporariamente. As margens do baixo Kwanza, rota invasora dos Portugueses, despovoaram-se; mas noutras zonas um activo comércio fez crescer a população, como no Bié. Como é usual, as pessoas concentraram-se nas terras de melhores oportunidades ou mais seguras.

Foi uma época dramática para as relações entre os povos. Alguns dos preconcei-

tos ainda perceptíveis na nossa sociedade tiveram a sua origem nesse período conturbado, em que, em diferentes épocas e locais, uns foram escravizados por outros. Outras vezes, a utilização das mercadorias europeias (os panos, as armas) alimentou a ideia de uma "hierarquia cultural", levando a considerarem-se mais "avanzados" os que mais desfrutavam desses bens.

Novos tempos, novas dinâmicas

Quando no século dezanove floresceu o comércio do marfim, da cera e da borracha, outras mudanças ocorreram. Há cerca de cento e quarenta anos, não mais, um pequeno povo de exímios ferreiros e caçadores de elefantes, do Tchiboco (nas nascentes do Cuango e do Cassai), começou a expandir-se pela imensidão do actual Leste de Angola. A poligamia amplamente praticada, com incorporação de escravos de várias origens, levou-os a um espantoso crescimento demográfico. As armas de fogo deram-lhes superioridade na caça e na guerra. Hoje, as aldeias dos descendentes desses Cokwe atravessam Angola de norte a sul (transbordando para o Zaire), seja nas margens do Cuango ou nas do Cunene, seja na Lunda Norte ou no Cuando Cubango. Quais são, afinal, as "fronteiras históricas" dos Cokwe?

Veio por fim a ocupação colonial efectiva, dando lugar a um sistema económico e político que fez crescer as cidades e vilas com gente de origens variadas, modificou hábitos, esvaziou regiões (foram milhares a partir para além fronteiras), impôs transferências de mão-de-obra, criou ou estimulou contradições, transformou de novo o mapa étnico e a demografia do país.

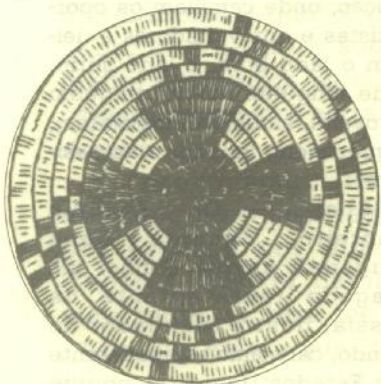
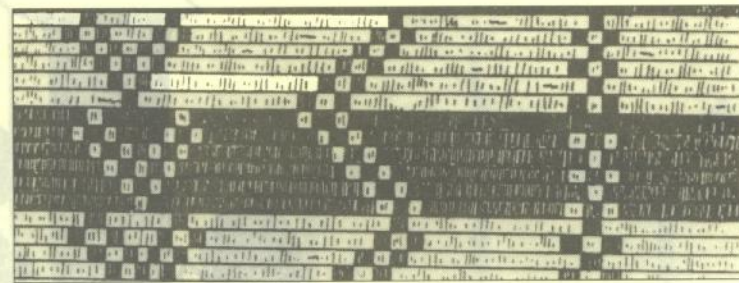
Exemplos? O litoral é o melhor exemplo. De região subpovoada, normal nas suas terras semi-áridas, passou a contar com grandes centros

urbanos e industriais. Talvez o mais significativo caso de expansão de um povo de Angola, no século vinte, seja o dos Ovimbundu, originários do centro-sul do país. Em três gerações (re)povoaram o Lobito e Benguela (onde nunca tinham habitado), expandiram-se com a sua agricultura pela Huila e pelo Kwanza Sul (e não só), foram como "contratados" para o Namibe, o Uije, o Kwanza Norte e a Lunda, ocuparam postos de trabalho no CFB do Lobito ao Luau. Que sentido teria hoje reduzirem-se à "zona de origem"?

Poderíamos ainda falar dos originários de Cabinda, com comunidades de longa data implantadas por todo o litoral, até ao Namibe. Poderíamos ir ao sul do Uije e tentar traçar a fronteira "histórica" entre as aldeias de língua kimbundu e as de língua kikongo — nos anos 20 seria uma coisa, nos anos 70 outra, hoje provavelmente outra. Ou poderíamos viajar em certas zonas da província do Bié e cruzar com camponeses de língua e cultura Umbundu, Cokwe ou Ngangela; a quem "pertence" a região?

Não se podem pois, em rigor, traçar os limites de territórios "historicamente" pertencentes a tal ou tal grupo étnico actual, a não ser dentro de períodos cronológicos limitados; antes pelo contrário, encontramos grande variação de fronteiras, quer consideremos o domínio da linguística, quer estudemos alguns dos antigos Estados mais conhecidos.

É desnecessário insistir em exemplos. A História de Angola não é, nesse domínio, uma excepção. Os territórios vão sendo demarcados pela actividade de cada grupo humano e sucessivas gerações habituam-se a chamá-lo seu. Mas tais "fronteiras" não são limites intransponíveis nem criação divina. São resultantes da actividade social dos homens e essa nunca é estática. Um dia, o que era realidade vivida passou a ser História.



Resolução n.º 811 (1993) adoptado pelo Conselho de Segurança na sua 3182.ª Sessão de 12 de Março de 1993

O Conselho de Segurança:

Reafirmando as suas resoluções 696 (1991) de 30 de Maio de 1991, 747 (1992) de 24 de Março de 1992, 785 (1992) de 30 de Outubro de 1992, 793 (1992) de 30 de Novembro de 1992 e 804 (1993) de 29 de Janeiro de 1992.

Profundamente perturbado pelos combates massivos que eclodiram recentemente em numerosas partes de Angola, pelo grande número de feridos e pelas muito pesadas perdas em vidas humanas que daí resultaram, assim como pela nova deterioração duma situação política e militar já perigosa, coisas essas que fazem correr o risco do país ficar de novo mergulhado na guerra civil.

Profundamente preocupado pelas violações persistentes das principais disposições dos "Acordos de Paz para Angola" por parte da UNITA.

Preocupado, para além disso, pelas informações segundo as quais continuam a afluir tropas de apoio e material militar, em violação aos "Acordos de Paz".

Notando com uma particular preocupação que um drama humanitário de vastas proporções se desenrola em Angola e que é portanto necessário um aumento da ajuda internacional.

Lamentando profundamente que a segunda reunião entre a delegação do Governo angolano e a UNITA, que deveria ter tido lugar a 26 de Fevereiro de 1993 em Addis-Abeba sob os auspícios da Organização das Nações Unidas, não tenha tido lugar, e isso devido ao facto de a UNITA não ter cumprido com o engajamento que havia tomado de enviar uma delegação a Addis-Abeba.

Notando com satisfação que o Governo angolano se mostrou inteiramente disposto a participar na reunião de Addis-Abeba.

Reafirmando que se engajou a preservar a unidade e a integridade territorial de Angola.

Acolhendo com satisfação e apoiando os esforços que o Secretário Geral e a Representante especial desenvolvem com vista à resolução da crise actual pela via negocial.

1. **Condena vivamente** as violações persistentes às principais disposições dos "Acordos de Paz" por parte da UNITA e em particular a sua obstinação em rejeitar os resultados das eleições que tiveram lugar a 29 e 30 de Setembro de 1992, certificadas pela Representante do Secretário Geral como tendo sido no geral livres e justas, a sua recusa em se associar às instituições políticas estabelecidas na base deste escrutínio, a sua recusa em estabelecer negociações construtivas com o Governo angolano, a sua retirada das novas forças armadas angolanas, a sua ocupação pela força de capitais e de municípios provinciais, e a retomada das hostilidades;

2. **Exige** que a UNITA aceite sem reservas os resultados das eleições democráticas de 1992 e se conforme estritamente aos "Acordos de Paz"; e **exige, além disso**, que as duas partes, em particular a UNITA, comprovem, o mais tardar até 30 de Março de 1993, que progressos reais foram empreendidos na via da aplicação dos "Acordos de Paz";

3. **Exige firmemente** um cessar-fogo imediato no conjunto do país e **exige, para além disso**, que seja retomado imediatamente e sem condições prévias um diálogo contínuo e construtivo, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas, a fim de se poder estabelecer um calendário preciso para o término da aplicação dos "Acordos de Paz";

4. **Reafirma** que considerará responsável qualquer parte que recusar tomar parte num tal diálogo, comprometendo assim o conjunto do processo, e que encara a possibilidade de tomar todas as medidas apropriadas, previstas pela Carta das Nações Unidas, para fazer progredir a aplicação dos "Acordos de Paz";

5. **Condena energicamente** os ataques verbais e físicos dirigidos contra a Representante especial do Secretário Geral e contra o pessoal da UNAVEM II que se encontra em Angola, e **exige** que estes ataques cessem imediatamente e que o Governo angolano e a UNITA tomem todas as medidas requeridas para garantir a sua segurança;

6. **Condena** o rapto de um observador militar da UNAVEM II em Cabinda, a 23 de Fevereiro de 1993 e **exige** que seja libertado são e salvo, sem condições e sem demora;

7. **Apoia firmemente** os esforços que o Secretário Geral e a sua Representante especial continuam a desenvolver para que seja retomado o processo de paz e para permitir à UNAVEM II cumprir um mandato que foi chamada a exercer em condições extremamente difíceis;

8. **Convida** o Secretário Geral a tentar organizar uma reunião, ao mais elevado nível possível, entre o Governo angolano e a UNITA, a fim de que possa ser assegurada a aplicação integral dos "Acordos de Paz", reunião essa que teria lugar suficientemente antes da data de 30 de Abril de 1993 e que examinaria igualmente o futuro papel que a Organização das Nações Unidas poderia desempenhar em Angola, e **encoraja** as partes a que reajam positivamente;

9. **Roga** ao Secretário Geral, enquanto não estiver pronto o relatório mencionado no parágrafo 16 da resolução 804 (1993), que lhe apresente, no mais curto prazo possível, um relatório provisório sobre os esforços desenvolvidos com vista a uma retomada das conversações em Angola, a todos os níveis apropriadas;

10. **Pede** a todos os Estados membros, aos organismos das Nações Unidas e às organizações não-governamentais que concedam uma assistência humanitária a Angola e que aumentem a assistência que já lhe prestam, e encoraja a Representante especial do Secretário Geral a coordenar a ajuda humanitária destinada à população civil necessitada, utilizando os recursos de que dispõe;

11. **Pede encarecidamente** às duas partes para que se conformem estritamente às regras aplicáveis do direito internacional humanitário, nomeadamente o de assegurar o acesso sem entraves da ajuda humanitária à população civil necessitada;

12. **Exorta uma vez mais** todos os Estados membros a concederem ao Governo angolano uma assistência económica, material e técnica para a reconstrução e o desenvolvimento do país;

13. **Espera com interesse** o relatório do Secretário Geral, mencionado no parágrafo 16 da resolução 804 (1993) sobre a situação em Angola, assim como as suas recomendações acerca dum mais amplo papel que a Organização das Nações Unidas poderia desempenhar no processo de paz;

14. **Decide** continuar a examinar a questão.

(Tradução não oficial)



ÁFRICA AUSTRAL



Encontro confidencial reconhece intervenção

No Pretoria News, jornal sul-africano independente e de grande circulação, foi publicada uma notícia sobre um encontro confidencial, realizado em 5 de Março de 1993, convocado pelo departamento sul-africano dos negócios estrangeiros e em que estavam presentes membros do Serviço Nacional de Inteligência, do Exército, da Força Aérea e do Departamento de Aviação Civil.

As fontes dos Negócios Estrangeiros estão citadas como tendo dito que era agora mais do que provável que os carregamentos encobertos de alimentação, medicamentos, combustível e armas para a Unita conseguiram sair do país com uma relativa facilidade.

Funcionários que se encontravam nesse encontro de emergência exprimiram o ponto de vista que uma reacção responsável por parte do Governo, o ano passado, poderia ter evitado a escalada da guerra em Angola.

"Houve um alarme notório na reunião quando ficou claro para todos que parecia cada vez mais provável que a África do Sul estava —

ainda que indirectamente e de modo ilegal, através de pessoas individuais — alimentando a guerra em Angola", diz a notícia.

A reunião de emergência do Governo foi convocada depois de uma informação da imprensa segundo a qual aviões de carga Antonov enviavam regularmente lotes encobertos de alimentação e armas para países de África, a partir dum aeroporto no bantustão de Bophuthatswana. Uma fonte da aviação civil disse aos jornalistas que o aeroporto era uma cobertura útil para missões clandestinas para fora do país. Já tinha sido utilizado anteriormente para enviar armas para a Croácia, durante o conflito da Jugoslávia.

"Fontes oficiais estão agora preocupadas por a África do Sul ter podido fazer Angola recuar da beira do abismo em que se encontra actualmente, tendo bastado para tal ter sido um pouco mais activa na sua reacção às acusações, feitas no estrangeiro, de que estava a apoiar a Unita", diz a notícia do Pretoria News.

(Citado no Southscan)

DECLARAÇÃO DE IMPRENSA DO ANC NO FINAL DE REUNIÃO DO COMITÉ EXECUTIVO NACIONAL (CEN)

Ipelegeng Centre, Soweto, 16-18 de Fevereiro de 1993

[...] O CEN adoptou uma recomendação para reestruturar o Departamento de Organização com vista a redinamizar o ANC aos níveis nacional, regional e de base, na sua preparação para a campanha das eleições gerais em que se empenhará no decurso de 1993.

O encontro discutiu longamente um relatório e recomendações da Comissão de Negociações. Numa resolução sobre as negociações, o CEN recomendou ao ANC um programa abrangente de reconstrução e desenvolvimento, a realizar-se paralelamente à transição para a democracia.

O CEN reconheceu que, no interesse da paz, da estabilidade e da reconstrução será necessário um governo de unidade nacional de duração limitada, que aproveite os talentos duma vasta gama representativa de Sul-Africanos.

O encontro ressaltou a rejeição da proposta do Partido Nacional duma partilha de poderes, tanto permanente quanto por um período determinado. Embora afirmando a necessidade da abrangência, o CEN sublinhou que ela não deveria prejudicar a capacidade para que um tal Governo de Unidade Nacional funcionasse com efectividade no processo de reestruturação.

O CEN afirmou que a composição e o mandato dum Governo de Unidade Nacional não provém dum acordo estabelecido entre partes políticas, reunidas em salas cheias de fumo. Eles serão o resultado das preferências do eleitorado sul-africano, expressas nas primeiras eleições democráticas. O ANC declara o seu compromisso em relação a um governo composto por todas as partes eleitas para a assembleia constituinte, desde que atinjam um limiar mínimo de 5% dos assentos na Assembleia.

O CEN apoia a realização da Conferência Multipartidária para a

Planificação das Negociações a 25 de Fevereiro de 1993, com vista a acelerar o relançamento do CODESA. O ANC participará em discussões com uma grande gama dos partidos políticos para alcançar este objectivo.

O CEN ressalta a importante interligação entre o pacote negocial e o processo de longo alcance para a reestruturação dos órgãos governativos, judiciais e do funcionalismo, durante o período de transição, a fim de os levar a adaptar-se a uma ordem política não-racial e democrática.

Na prossecução deste objectivo, o ANC convocará uma conferência ampla sobre a reconstrução e a estratégia, antes de fins de Junho de 1993.

O CEN notou com grande preocupação a situação actual em Angola. É evidente que a retomada da guerra é uma consequência directa da recusa do Dr. Jonas Savimbi em aceitar o veredicto eleitoral do Povo angolano. O envolvimento do Governo sul-africano no continuado abastecimento e outros apoios logísticos à UNITA também alimentou o conflito.

O CEN recordou a nossa dívida para com o Povo angolano e o seu Governo por anos de solidariedade para com a luta da África do Sul, com grandes custos para o seu país e para eles próprios. Em consequência, o encontro resolveu lançar uma campanha nacional de solidariedade e apoio a Angola, incluindo comícios e outras manifestações.

O CEN discutiu e aprovou um extenso relatório da Comissão das Eleições e deu instruções a todos os níveis da nossa organização para que trabalhem em conjunto nesta campanha que irá ser empreendida sob o lema "A Hora é Agora" ("Now is the Time" — "Ke Nako Sekunjalo" — "Nou is die Tyd").(...)

(Tradução não oficial)

Quando D. Margareth Anstee passa a acumular as funções que tinha, com as de coordenadora da assistência humanitária dos organismos da ONU, isto significa...
...que já há tão pouco a fazer pela paz e pelo diálogo que se impôs como mais urgente criar o embrião de uma operação futura do tipo "Restaurar a Esperança" somali?



Gerson Varela tem dez anos. Não é propriamente uma destas crianças a quem a guerra obrigou a andar centenas de quilómetros sob o medo das emboscadas e as certezas da fome e da sede.

Gerson Varela está em Luanda desde Dezembro, na companhia dos pais e quatro irmãos. Acabaram por ficar, já que as esperanças de regresso se foram, a pouco e pouco, tornando menos próximas.



A família de Gerson está instalada numa antiga creche por detrás da escola da Anangola. Um pequeno acampamento de pouco mais de dez famílias que se procuram adaptar, não só à vida de Luanda, como às condições de subsistência que nunca imaginaram vir a ter um dia: cinco quilos de arroz, de açúcar, de farinha, dois litros de óleo e seis latas de conservas de peixe por mês.

PONTO DE ENCONTRO

O que mais impressiona neste acampamento, onde ninguém, aparentemente, tem nada para dar, é a solidariedade. Transformado num dos pontos de encontro dos deslocados do Huambo, a preocupação de todas as conversas é a situação daqueles que, a pouco e pouco, vão chegando a Benguela, "muito debilitados, sem sequer terem bacias para escaldar os pés inchados e arranhados de tanta caminhada", como nos diz Emanuel

Gomes, um empresário que perdeu pela segunda vez (a primeira em 1975) todos os seus haveres.

"A gente ainda às vezes se lamenta, mas quando comparamos a nossa desgraça com a da gente que chega a Benguela, temos de nos calar e pedir por eles. Pese embora a nossa miséria, quase nos sentimos privilegiados pela sorte..."

E ilustra com uma história, daquelas tantas que por ali se ouvem: a da Victória Clara Vicombo que, com treze anos, se meteu a caminho com o irmão de um ano às costas, sem saber dos pais ou de outros familiares, andou as centenas de quilómetros que a separavam da salvação, atravessou o rio Catumbela agarada à corda que a tropa lhe estendeu e chegou... "Como é que uma criança tem força, tem coragem para tanto? Se fosse na Europa, ou na América, davam-lhe um prémio, erguiam-lhe uma estátua; aqui, esperamos que tenha conseguido o seu pedaço de pão".

Emanuel Gomes é, como os outros, gente de trato fácil. Gente do planalto, de porta sempre aberta para os amigos e coração sempre pronto para ajudar qualquer dificuldade. Por isso, como nos diz, "estamos a organizar-nos para ver se a comunidade (do Huambo em Luanda) funciona, até para esquecermos as nossas mágoas".



É que de mágoas esta gente tem muitas. Lembram que em Novembro/Dezembro, centenas de populares acorriam ao aeroporto "Albano Machado" tentando desesperadamente fugir do inferno que já se adivinhava, embora ninguém imaginasse a violência que haveria de acontecer: Os sul-africanos é que fizeram esta guerra ficar assim. Chegavam a matar com baionetas grupos de pessoas que se abrigavam nas escadas dos prédios..."

A CANDONGA DA FOME

Uma das poucas pessoas que teve a "sorte" de conseguir um lugar de avião, foi Conceição Neto. Sorte que lhe traz o sofrimento de não saber do marido e dos filhos que ficaram na pista do

Huambo. É ela que coordena, no acampamento, a ajuda aos deslocados.

Queixa-se, às vezes, da impaciência destes na hora de receber os alimentos, mas compreende que assim seja. O que verdadeiramente a indigna, é o caso daqueles que "quando deviam ajudar-nos, ainda nos vêm tirar o pouco que temos"... famílias que, com expedientes, procuram multiplicar o seu abastecimento e alguns indivíduos que se apresentam como deslocados, quando afinal já residem em Luanda há bastante tempo.

É o oportunismo de quem se afez já ao salve-se-quem-puder das cidades grandes. É a atenção e a vigilância que se tem de redobrar para que enganos destes não sejam possíveis. Não só por parte daqueles que, desonestamente, tentam receber mais do que lhes deveria caber, mas também, dos desvios que são praticados antes das ajudas chegarem a quem delas necessita.

Fonte por nós contactada diz-nos que o problema é de tal maneira grave que os organismos internacionais de ajuda começam a sentir-se cansados de tanto beneficiar quem não precisa, em troca da fome dos que necessitam.

Um alerta que fazemos. Ao Senhor Primeiro Ministro que, como parte de nós, também é do Huambo. Que, como a totalidade de nós, perdeu nesta guerra estúpida familiares e amigos. Que, como todo e qualquer de nós, é responsável pelo descrédito em que o nosso País está a cair aos olhos de quem, internacionalmente nos vem auxiliando...

É preciso que imediatamente se crie qualquer tipo de instituição expedida que vigie, que duramente puna, que sem grandes burocracias seja rápida e eficiente.

Pensamos que maior crime é este: dos que enriquecem à custa da fome, da miséria e do desvalimento daqueles de quem se dizem irmãos, do que o dos outros que nos combatem e massacram porque nos julgam seus inimigos.

NEM SÓ DE PÃO..

Vitório António, de 17 anos, entretem-se a matar o tempo, sentado à sombra de uma árvore, com um "game" nas mãos. É a imagem do desalento que qualquer de nós terá de quem procura não pensar na família que lhe ficou no Huambo. É a ideia que qualquer de nós fará do

"(...) Os Tuaregues do Mali sabem que em período de seca as ajudas alimentares correm o risco de nunca lhes chegarem às mãos... E mostram aos visitantes de Bamako os "castelos da seca", construídos por ministros (hoje destituídos), graças aos desvios da ajuda chegada em 1974."

(in "Démocratie pour l'Afrique" de René Dumont)

Será que em Angola se vai esperar que sejam construídos os "castelos dos deslocados" — e, talvez (?) destituir depois os seus responsáveis — ou vão-se tomar imediata e antecipadamente medidas para que estes desvios não venham a ter lugar?

desânimo de um deslocado que, tendo perdido tudo quanto lhe era mais querido, se queda sem norte e vontade, sem outro sentido de vida que não seja não pensar para tentar esquecer.

Porém, gente afeita ao trabalho, os homens do planalto não se sentem satisfeitos com esta inatividade. "É preciso — diz-nos um funcionário público — que os Ministérios se reorganizem de modo a absorver-nos, não só pelos vencimentos que nos pagam, mas também, pelo trabalho que não temos. Sentimo-nos inúteis. A gente quer fazer alguma coisa. Há crianças que não têm aulas e professores deslocados que não têm alunos. Olhe a Faculdade de Ciências Agrárias: temos os professores, temos os alunos (alguns até, finalistas) mas ninguém tem aulas..."

Ser deslocado é, na verdade, um pouco mais do que estar organizado para receber o mínimo de ajuda para a sua sobrevivência. Temos de os considerar como um potencial de trabalho, de capacidade real e não só como bocas que se satisfazem com o pão nosso de cada dia.

Para lá de onde durmam e do que comam, do que esperem e aguardem, esta gente precisa de trabalho. Porque a espera de regresso pode ser longa de meses e a tentação de ficar, buscando qualquer emprego fora da sua comunidade, maior que a vontade de voltar um dia. Não basta o pão. É necessário o trabalho. Não servem lágrimas condoídas, é urgente a ocupação. Nem tão só o vencimento que uns têm, mas a utilidade e o labor que todos devem ter.

Que os Ministérios preparem um programa de emergência que nada tem



FOTO: MARCO VERCRUYSE

a ver com gastos do orçamento, com produção do possível em tempo de guerra, com o fazer do melhor em época de dificuldades... mas que, sem descurar o pouco pão que se dá, se empenhem em aproveitar — em projectos úteis, concretos e reais — os homens sem

ocupação que, infelizmente, temos.

Gente do Huambo é gente de trabalho e sabe que a caridade cansa, a caridade adormece sempre e quando, passado o primeiro choque de horror, a primeira emoção de solidariedade, a vida entra no comum da sua rotina diária.

Nem a instabilidade obrigada de cada um se não transforme, pela necessidade, no "esquema" e no fazer pela vida que não beneficia nem dignifica ninguém.

Reportagem: Rafael Marques

Texto: Tito Mendes

Boa vontade ou roubo?

A situação funciona, ao que parece, assim e deste modo: o deslocado recebe a "ração" a que terá direito e, logo ali, o encarregado dessa mesma distribuição (Assuntos Sociais, será? Dizem-nos que também o Comércio, porquê?) avisa que, tais e tais produtos que deveriam ir para tal e tal província (e a guerra justifica tudo, agora como antigamente) podem se vendidos a quem, naturalmente, tenha dinheiro para isso.

Não estará em causa saber, se os preços serão ou não especulativos. Mesmo que o não sejam...

a) O Estado, através de funcionários seus, estará habilitado por lei a fazer vendas a retalho, ainda que a deslocados?

b) Se, por contingências da guerra, os bens (não imediatamente perecíveis) são desviados da província a que se não pode acudir, para deslocados imediatamente mais próximos e carentes, serão para ser vendidos aos mesmos, ou para suplementar a dieta alimentar de cada um?

a) E como vender e a que preço, se os produtos são de oferta e não têm uma base de custo que permita achar o preço de venda? E como arrecadar os dinheiros e fazê-los entrar legalmente nos cofres do Estado para serem no futuro reutilizados? E que mecanismos de controlo existem, para evitar que algum funcionário menos honesto, entregando uma parte, acabe por ficar com outra?

Quando e até quando andaremos nós nesta dúvida, sem saber se anunciando o erro, não estaremos a encobrir o roubo, se ao falarmos do roubo não estaremos, injustamente (por desconhecimento e falta de informação) a valorar o que é, no final, uma tentativa de boa vontade para melhorar situações?

A dimensão deste problema parece ser tão grande que já não é só Angola que fala, mas o mundo que fala de Angola. Talvez já se tenha ultrapassado o tempo de um ou outro Ministério fazer um inquérito para se entrar na necessidade da Assembleia da República mandar, ela própria, inquirir.

Para que todos saibam e (re)conheçam que pode ter havido erro de boa vontade, ou tão só, mujimbo por falta de informação, mas roubo, não. Roubo jamais.

Apelo dos intelectuais angolanos

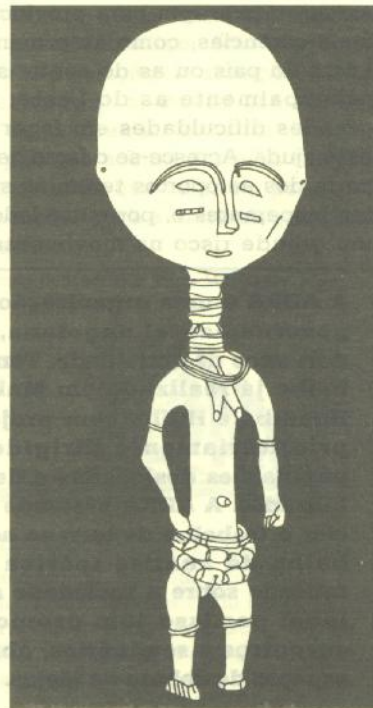
O Apelo datado de 5 de Dezembro de 1992 dos Docentes e Investigadores da Universidade Agostinho Neto, que deu origem a um abaixo assinado subscrito por 333 intelectuais angolanos (ver último número do "JANGO"), tem estado a ter uma larga repercussão em diversos círculos internacionais, nomeadamente em meios universitários de vários Países.

Entre essas manifestações de repúdio e solidariedade em relação à violência que tem atingido a intelectualidade angolana, destacamos um abaixo assinado que correu em Universidades e centros científicos e artísticos da Bélgica, colhendo 140 assinaturas, entre as quais as dos prestigiados Professores Pierre de Maret, Pierre Mertens, Marie-Louise Bastin, Pierre Salmon, Paulette Pierson-Mathy, Jean Salmon, Eric David, Willem Bossier, Jacques Nagel e outros.

Da Faculdade de Direito da Universidade de Hong Kong, foi recebida uma tocante mensagem de solidariedade do Professor Yash Ghai.

De igual modo, o Apelo mereceu a seguinte referência no recente relatório sobre os Direitos do Homem em Angola, do Departamento de Estado norte-americano: "Um grupo de mais de 300 intelectuais angolanos, incluindo diversos professores universitários, afirmou que a UNITA também fora responsável pelos assassinatos de quatro intelectuais angolanos brancos com estreitas ligações com o MPLA, entre eles o conhecido Dr. David Bernardino. Todavia, até hoje, nenhum suspeito foi preso em relação com estes casos" (sic).

Também o Cardeal Alexandre do Nascimento reagiu ao Apelo, manifestando, em carta dirigida aos seus subscritores, a sua grande preocupação "com os actos de violência que têm ceifado tantas vidas".





"A única perspectiva é... pa

Entrevista com Fernando Pacheco, Engenheiro agrónomo, professor na Faculdade de

JANGO — *Este ano quase dois terços da população angolana viverão situações de fome, dependendo de ajuda externa imediata. Esta afirmação é exagerada, Fernando Pacheco?*

F. P. — Não creio. Neste momento não tenho conhecimento que existam ajudas alimentares suficientes para satisfazer as necessidades; fala-se dum défice de cerca de 700.000 toneladas de alimentos quando, há cerca de três ou quatro meses, se falava numa necessidade de pouco mais de 300, ou muito perto de 400.000 toneladas de alimentos. O que quer dizer que neste momento as necessidades duplicaram. Isto, aliado ao facto de não haver circulação e, portanto, não ser fácil fazer chegar esta ajuda a quem a necessita, faz pensar que a situação será mesmo catastrófica.



Reunião em Maio de 1991, próximo do Lubango, aquando do Diagnóstico das Associações de Camponeses.

JANGO — *Mesmo com recurso ao transporte por via aérea?*

F. P. — Os preços desse transporte em qualquer parte do mundo são muito elevados. Aqui em Angola, neste momento, os valores solicitados são astronómicos e estou em crer que para províncias com mais carências, como as províncias do Leste do país ou as do centro-sul, mas principalmente as do Leste, haverá grandes dificuldades em fazer chegar essa ajuda. Acresce-se o facto de grande parte dos aeroportos terem as suas pistas inoperantes e, por outro lado, haver um grande risco na movimentação de

A ADRA é uma organização não-governamental angolana, com dois anos de actividade. Tem trabalho já realizado em Malanje, Huambo e Huíla, com projectos prioritariamente dirigidos às populações deslocadas e desmobilizadas. A ADRA pretende associar o trabalho de terreno ao trabalho de análise teórica e de reflexão sobre a sociedade angolana; por isso tem promovido encontros e seminários, abrindo espaços de debate de ideias.

aviões nas cercanias desses aeroportos, porque essas áreas são normalmente alvo de luta pelo controlo desses mesmos aeroportos...

JANGO — *E quanto à importação de alimentos?*

F. P. — A importação de alimentos, devido à falta de dinheiro, está muito mal. Quer dizer que a situação é mesmo grave, muito grave. Nas cidades a situação alimentar é agravada, como é evidente, pela extraordinária explosão dos preços. Qualquer dona de casa tem a perfeita noção da subida disparatada dos preços; também os estudos realizados nos últimos meses permitem concluir que a subida de preços é realmente assustadora. Só no mês de Novembro, por exemplo, os preços subiram 48%, em média; dados de Janeiro revelam que

essa subida foi de mais de 30%. E a tendência parece ser para piorar e não para melhorar.

JANGO — *Angola chegou definitivamente a uma situação em que a única forma de alimentar as populações é receber ajuda externa?*

F. P. — É doloroso reconhecer isso, mas eu penso que sim. Um factor que este ano vem ainda agravar mais esta situação é o problema da seca. Nos fins de 92 pensava-se que a seca atingiria apenas as áreas do sul e talvez do litoral centro-sul; mas tudo indica que atinge já outras regiões do país. Por exemplo, temos notícias de que a situação da seca na região de Malanje é grave; em Malanje a população, neste momento, para se alimentar, recorre à mandioca, cujo ciclo não está completo, mas que é forçoso ser utilizada por causa das carências da grande quantidade de população agora deslocada e habitando em Malanje e na sua periferia; isso faz prever que a curto prazo a situação será ainda muito mais difícil.

JANGO — *O desenvolvimento da agricultura exige também investigação e capacidade de previsão. É verdade que Angola tinha dado alguns passos impor-*

tantes no domínio da previsão de crises climáticas e suas consequências?

F. P. — Havia uma rede de informação que havia sido montada através de um projecto financiado pela FAO e pelo Ministério da Agricultura, que hoje praticamente está desfeita. Era um programa que funcionava bem, através da instalação da Unidade Nacional de Alerta Rápido, a qual permitia já prever, com uma certa antecedência, as disponibilidades alimentares do país. Mas esta actividade era muito baseada na informação oriunda de uma série de postos meteorológicos (se não estou em erro já abrangia treze províncias) e hoje nós sabemos que a maior parte deixou de informar e possivelmente os postos meteorológicos estarão desactivados ou mesmo destruídos. Daí que as informações que nos chegam tenham de ser tratadas com as necessárias reservas. Hoje não temos informações seguras.

JANGO — *Com esta guerra atingindo todas as regiões do país, não foi só ao nível das informações que houve um nítido retrocesso. O que é que se passa com os projectos ligados ao desenvolvimento rural?*

F. P. — É difícil dar um ponto da situação dos projectos que existem (ou que existiam) no meio rural, pois não dispoño de informação exaustiva. Mas podemos deduzi-lo por aquilo que se passa com a ADRA e pelo conhecimento que nós temos de outras situações. Logo a seguir aos Acordos de Bicesse tentaram implementar-se alguns projectos (uns já identificados anteriormente, outros identificados nessa altura), fazendo pensar a curto prazo numa reanimação da actividade agrícola, principalmente na área alimentar. As perspectivas para o ano agrícola 92/93, se não se podiam dizer risonhas, eram muito melhores que as dos anos anteriores, pois que estavam removidos uma série de obstáculos. Isso permitia à partida a realização de sementeiras de uma forma quase normal.

JANGO — *Mas o período de Setembro era para isso um período fundamental...*

F. P. — Exactamente. Primeiro, o mês de Setembro, que era um mês fundamental para a preparação de terras, foi um mês em que muito pouco se trabalhou por causa da perspectiva das eleições. Depois, logo em seguida, em Outubro, dá-se a crise, exactamente na altura em que se deveriam fazer as sementeiras. Portanto, as sementeiras ou já não foram realizadas ou as suas áreas foram bastante reduzidas porque não tinham sido distribuídos numa forma atempada os *inputs* (sementes, adubos, meios de trabalho...) e porque não havia mesmo a tal disponibilidade da parte dos camponeses para semear. Se bem que o facto de, nessa altura, se ter

registado maior actividade militar nas cidades, possa fazer pensar que ainda se tenha feito alguma coisa, naqueles casos em que se estava mais virado para a subsistência.

JANGO — *E que aconteceu com os grandes projectos, os que poderiam ter algum impacto na produção alimentar e portanto no abastecimento dos mercados?*

F. P. — Que eu saiba, praticamente paralisaram todos. São projectos que dependem muito de contributos externos, não só externos à comunidade mas em grande medida externos ao país e isto, como é evidente, ficou seriamente prejudicado com a situação que se viveu em Setembro-Outubro do ano passado. Em Angola, mesmo em 1992, estávamos ainda muito longe de uma auto-suficiência em sementes. Era sempre necessário importar sementes em grande quantidade. Houve realmente uma certa importação de sementes, não só através das instituições oficiais mas também dos projectos apoiados por organizações não-governamentais de várias origens e para várias regiões do país. A simples leitura dos jornais de Setembro-Outubro, faz logo pensar que grande parte destes meios não chegou às mãos dos camponeses.

JANGO — *Alguns exemplos concretos?*

F. P. — No caso do Planalto Central, a instabilidade do mês de Outubro impediu a distribuição atempada de grande parte dos meios. Na província da Huíla, o projecto da extensão rural que estava em curso foi suspenso naquela altura. Em Malange nós temos conhecimento de um projecto de apoio ao desenvolvimento agrícola, financiado pelo FIDA — Fundo Internacional de Apoio ao Desenvolvimento Agrícola — que deveria ser iniciado nessa altura e que foi suspenso. E outros mais. No caso concreto da ADRA, nós apoiávamos populações deslocadas, apoiávamos o assentamento de desmobilizados em três províncias e, quando tudo estava preparado para iniciar as actividades no mês de Outubro, surgiu a crise; a partir daí esses desmobilizados e essas populações deslocadas voltaram à situação anterior, e logicamente, não iniciaram a sua actividade de produção agrícola. Deduzo que noutros casos tenha acontecido exactamente o mesmo. Não tenho conhecimento de nenhuma região onde se tenha desenvolvido uma actividade normal. Como neste momento o Governo perdeu o controlo duma grande quanti-



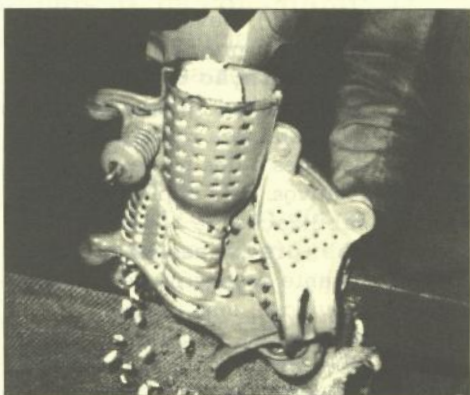
Parar a guerra. Não há outra!"

Ciências Agrárias no Huambo, Director da ADRA — ACÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL E AMBIENTE.

dade de municípios (diz-se que mais de cem municípios estão sob o controlo da UNITA) grande parte dos projectos que, em princípio, se desenvolvem nos municípios, estão paralisados. Mesmo nos municípios controlados pelo Governo, como é óbvio, a situação de estabilidade não é a melhor.

JANGO — Hoje contam-se às centenas de milho deslocaados de guerra. Há hipóteses de haver trabalho de produção agrícola com estes deslocaados mais recentes, nesta época do ano?

F. P. — Eu penso que não. É muito difícil haver actividade agrícola nesta época do ano; não havendo circulação, com o país paralisado, é extremamente difícil fornecer os meios necessários à produção. Por outro lado, a instabilidade mantém-se. Há ainda que ver o seguinte: ao contrário das situações anteriores a Bicesse, em que as populações procuravam muito os centros urbanos como refúgio da guerra, agora também os centros urbanos são atacados: quer dizer que mesmo na periferia das zonas urbanas é extremamente difícil desenvolver a agricultura e nas zonas onde eventualmente haja estabilidade não existem os inputs. A guerra prejudicou grandemente as reservas para sementes; acredito perfeitamente que haja em muitos casos pequenas reservas para sementeiras, mas possivelmente nem para a auto-suficiência devem chegar.



Um descarolador — pequenos melhoramentos facilitam o trabalho e aumentam o rendimento.

JANGO — Vamos imaginar um cenário optimista, em que a guerra parasse e que fosse restabelecida a possibilidade de circulação de pessoas e bens. Que perspectivas haveria para uma rápida recuperação da agricultura em Angola?

F. P. — Nesse quadro mais optimista — e eu friso bem: mesmo no quadro mais optimista — a situação só poderia conhecer uma ligeira melhoria a partir de meados de 94. Porque só nessa altura é que se começariam a sentir os efeitos



Um exemplo da imaginação dos camponeses para a solução dos problemas de transporte...

de uma sementeira normal realizada em 93. A agricultura, nunca é demais repetilo, é uma actividade sazonal, principalmente uma agricultura como a nossa, dependendo muito das condições climáticas. As sementeiras realizadas em 93 só poderão ser colhidas em 1994. E quando falo de um cenário mais optimista — isto é, no caso de haver um cenário optimista — é porque no caso de a guerra terminar a curtíssimo prazo, e só nesse caso, é que se poderão criar as condições mínimas para se fornecerem os inputs que permitiriam repor as reservas necessárias para uma sementeira normal. Porque neste momento é de pensar que os camponeses não têm sementes, não têm instrumentos agrícolas e o país não tem organização que permita a reposição imediata desses meios. Importar os meios, organizar a sua distribuição, transportar e distribuir, até Setembro, é realmente um grande esforço; mesmo antes destas últimas confrontações já era muito difícil, porque as estruturas neste momento são muito débeis, mas ficaram-no ainda mais com estes últimos confrontos.

JANGO — Existe alguma solidariedade social para com os deslocaados. Mas às vezes esquecem-se aspectos complexos resultantes da sua concentração. Quais o preocupam mais?

F. P. — Neste momento o país tem milhares de deslocaados e, nestas circunstâncias, toda a gente sofre, mas há grupos vulneráveis que sofrem muito mais. Como por exemplo as mulheres, principalmente as mães, as mães solteiras, as viúvas, etc. E as crianças, obviamente. E os sistemas de ajuda têm que privilegiar essas camadas da população.

Um outro aspecto que é de frisar é o seguinte: devido à sobrecarga populacional à volta de determinados centros urbanos, a situação do material lenhoso, do material combustível, que já era extremamente difícil, está a piorar. Por exemplo, tenho conhecimento que em

Malanje, onde apesar de tudo ainda existia um pequeno polígono florestal (era grande, mas veio sendo devastado ao longo destes últimos anos...), ele praticamente desapareceu. Uma grande parte da população deslocada sobrevive graças à venda de lenha. Ora, desaparecendo a floresta, as dificuldades da população vão aumentar significativamente porque não vão ter possibilidades de terem alimentos.

Em várias cidades do país a população desempregada — e aí incluo os desmobilizados — anda à procura desesperadamente de emprego; como não o conseguem encontrar, por um bocado de comida aceitam fazer trabalhos que noutras circunstâncias, há seis meses atrás, considerariam degradantes.

JANGO — Seria interessante mostrar que tipo de acção a ADRA pensa poder realizar no contexto actual.

F. P. — Uma organização como a ADRA de modo algum tem a pretensão de ter uma intervenção com impacto. Nós privilegiamos neste momento acções que possam vir a provocar mudanças de atitudes, de metodologias, de práticas, etc. Logicamente, não esperamos resultados a curto prazo, porque a ADRA não se preocupa tanto com a emergência, preocupa-se mais com esquemas de desenvolvimento. Há outras organizações que se preocupam com emergência, independentemente de qualquer preocupação de carácter metodológico — a questão de sementes, a distribuição de comida... Numa fase de reabilitação, a ADRA já tem uma intervenção maior, mas sempre limitada às áreas dos seus projectos, sempre limitada a um grupo alvo que, na melhor das hipóteses, pode abranger alguns milhares de pessoas. Portanto, não tem grande impacto a nível regional ou nacional. O que nós pensamos que é fundamental na nossa actividade é que — como por exemplo, num projecto que temos em Caluquembe — nós desenvolvemos

metodologias de participação e de auto-gestão da parte das comunidades, que visam exactamente dotar as populações de mecanismos que lhes reforcem a sua autonomia, a sua capacidade de resolver elas próprias situações deste tipo; e temos conhecimento — embora nós não estejamos neste momento em Caluquembe — temos conhecimento que aquela população com a qual nós trabalhávamos tem aproveitado bastante a actividade que nós desenvolvemos lá no ano anterior e está a desenvolver uma estratégia de sobrevivência, de adaptação aos condicionamentos actuais que, para além dos saberes próprios da comunidade, está bastante enriquecida com a metodologia que nós pretendemos construir com a própria população. E isto, de certo modo, vem demonstrar que realmente esta via é a via mais adequada para uma organização do tipo da nossa.

JANGO — Digamos que o vosso trabalho não se vê de imediato...

F. P. — Nesta fase as populações não precisam efectivamente disso, a curto prazo. Do que as pessoas precisam é de comer, as pessoas precisam é de se vestir e de bens que lhes permitam enfrentar imediatamente a crise. Daí que a acção de outras organizações seja fundamental nesta fase. Portanto é necessário que as organizações nacionais e estrangeiras multipliquem os seus esforços para fazer chegar essa ajuda.

JANGO — Fernando Pacheco, há alguma coisa que se possa dizer que permita encarar o futuro próximo com menos pessimismo? Alguma perspectiva que não seja a da fome a atingir massivamente a nossa população?

F. P. — A única perspectiva é... parar a guerra, não há outra. Não posso de modo algum traçar alguma perspectiva optimista que não passe pela paralisação da guerra, imediata. Não vejo outra saída, outra solução. A situação é mesmo muito, muito, muito grave. Não vamos escamoteá-la. Essa foi uma das razões por que aceitei dar esta entrevista, porque achei que valeria a pena alertar as pessoas para a extrema gravidade da situação.

Entrevista concedida a 15 de Março de 1993.



O símbolo da ADRA é um Humbi-humbi, tipo de cegonha migrante, que aparece no Planalto Central, representando para o povo uma ave que voa alto em busca de novos valores, em contraposição com outras que se ficam arrastando pelo chão.

para ler e guardar



Notas sobre a democracia — II

O Estado representativo foi o ponto de partida embora não seja o ponto de chegada — mas há pontos de chegada na história? Foi uma mudança, embora certamente não tenha sido a última.

NORBERTO BOBBIO

Democracia Representativa

Se nos detivermos apenas no nível político, o que é democracia? Bobbio define-a como "um conjunto de regras, incluindo regras de processo para obter certos resultados de interesse para a comunidade por decisões, tecnicamente leis, as chamadas 'regras do jogo', que possibilitem a mais ampla e efectiva participação dos cidadãos, por formas directas ou indirectas, nas decisões políticas, isto é, nas decisões que interessam ao conjunto da comunidade".

Quais são pois as 'regras do jogo' democrático? Em primeiro lugar todos os cidadãos sem distinção de sexo, raça, grupo étnico, religião, estatuto económico, etc, gozam de direitos políticos, isto é, o direito de expressarem a sua opinião e/ou elegerem representantes que a expressem por eles, correspondendo a uma pessoa um voto. Para decidir 'quem ganhou' (uma proposta, uma eleição) aplica-se o princípio da maioria numérica. Mas, em segundo lugar e simultaneamente, "todos os cidadãos com direitos políticos devem ser livres de votar de acordo com a opinião formada por eles próprios". Essa vontade deve formar-se livremente, isto é, num ambiente sem intimidações ou outras violências e, ainda, em que estejam em "competição grupos políticos organizados lutando entre si para agregar desejos e transformá-los em decisões colectivas". A liberdade em que deve decorrer a formação da vontade e o acto de votação exige ainda que os cidadãos devem possuir alternativas

reais, isto é, possam escolher entre diferentes soluções que lhes são apresentadas pelos diferentes grupos para os diversos problemas e expectativas que se põem à sociedade em causa. Por fim, "qualquer decisão tomada pela maioria não deve limitar os direitos da minoria, especialmente o de se tornar maioria em iguais circunstâncias".

Que venha uma minoria (aqui a Unita) violar e limitar os direitos mais essenciais (incluindo à vida, à paz e à escolha dos seus representantes), de uma maioria (os eleitores que votaram no MPLA e os seus deputados enquanto maioria parlamentar), revela um total desprezo pelas 'regras do jogo' democrático e a sua incapacidade para actuar numa sociedade democrática. A jovem democracia representativa angolana tem pois um longo caminho a percorrer até que de facto se apliquem e sejam vividas pelos cidadãos as regras consideradas essenciais para que um sistema político possa ser caracterizado como democrático.

Poder local e descentralização

Mas a "mais ampla e efectiva participação dos cidadãos" na tomada de decisões esgota-se na eleição de representantes a nível nacional? De quatro em quatro anos os eleitores são chamados a eleger a Assembleia Nacional e é tudo no que respeita aos seus direitos e deveres em termos de participação na solução dos problemas da sociedade? É evidente que não.

Para começar temos na agenda a questão do poder local. Devem as decisões que respei-

tam a problemas específicos das comunidades dos diferentes níveis da divisão político-administrativa serem tomadas centralmente ou por representantes do governo central? Por exemplo, quem vai decidir se a primeira escola que se vai abrir num município é na comuna x, a segunda na y, etc? Isto é, quem vai decidir por que ordem de prioridades serão afectados os escassos recursos disponíveis para escolas num dado município? Quem está mais bem informado sobre o assunto, sobre as necessidades e os diferentes aspectos dos problemas levantados? Os próprios, como se diz, ou seja os habitantes do município e das comunas ou os seus representantes. É uma questão que diga respeito ao conjunto dos angolanos? É, na medida em que são necessárias escolas, entre outras razões para se garantir o direito à educação. Também a essas escolas poderão ser afectados recursos financeiros do OGE que não irão para outras aplicações e deverão provir de fontes predefinidas. A decisão sobre as afectações macroeconómicas de recursos às diferentes despesas e regiões do país caberão ao Parlamento. Mas quando se transpõe o nível da província, esta tem de ser capaz de decidir como vai distribuir os recursos ao seu dispor por municípios, de acordo com necessidades locais e objectivos simultaneamente nacionais (que actuam como limite à discricionariedade das unidades descentralizadas) e locais.

Temos aqui o problema da descentralização e do alargamento dos poderes de tomada de decisão pelos diferentes níveis de um sistema político: internacional, nacional ou regional (a chamada 'grande dimensão' que também nos aparece em empresas) e municipal, comunal, de bairro ou de kimbo (a chamada 'pequena dimensão', a cuja conceptualização estão ligadas as teorias, sobre o poder local ou sobre empresas, de 'small is beautiful', isto é, organizações de dimensões reduzidas são mais eficazes).

Argumenta-se contra a descentralização que serão cometidos erros pois as pessoas envolvidas podem não ter os conhecimentos necessários para decisões consideradas complexas. Contudo, em primeiro lugar, certas decisões não são tão complexas como as fazem para justificar a centralização. No exemplo das escolas dado acima, é de facto muito complexo e exige conhecimentos especializados e sofisticados,

Antonieta Coelho

dos, estabelecer as proporções entre variáveis macroeconómicas, entre as afectações das despesas agregadas do OGE às diferentes utilizações, etc. Mas não é muito complexo nem exige conhecimentos altamente especializados tomar decisões sobre as prioridades de construção de escolas em comunas. Além disso, nessa decisão descentralizada serão até levados em conta factores e mobilizados recursos locais que, em geral, os órgãos centrais desconhecem.

Por outro lado, o argumento da ignorância esquece que a democracia é um processo de aprendizagem: se as pessoas forem alienadas de certas decisões por 'ignorância' nunca aprenderão a tomá-las. Irão talvez errar. Mas todos erramos e o importante é que aprendamos também com os erros e que eles não sejam repetidos. Como diz Guiducci "a 'pequena dimensão' é ainda frágil. Mas quem se preocupou em afectar-lhe poderes reais e verificar se é ou não capaz de os administrar? Lá onde foram feitas experiências a nível regional, sub-regional, de município e de comunidade, etc., certamente foram cometidos erros, mas certamente menores que os praticados na 'grande dimensão', e foram obtidos resultados muito maiores para a sociedade civil democrática que os fornecidos pelos grandes 'poderes'. E quando havia queixas de que a 'pequena dimensão' ainda não era capaz de níveis suficientes de participação, devemos lembrar que participação apenas pode ocorrer se poderes reais puderem ser exercidos e eles eram geralmente negados".

Quando abordamos a questão do poder local em Angola, somos postos perante um círculo vicioso. Por um lado, para além de princípios democráticos, a diversidade regional, as dificuldades de comunicações, os problemas da extensão da administração do Estado a todo o território nacional são argumentos mais a favor da descentralização de certas decisões que podem ser tomadas a nível das diversas comunidades locais. Por outro lado, a existência de áreas e comunidades mais subdesenvolvidas que outras, as formas não democráticas de organização do poder em comunidades mais restritas, o pluralismo jurídico, o risco do caciquismo e do próprio obscurantismo, aparentemente exi-

gem cautelas especiais na definição do quadro da descentralização. Contudo, estes riscos não devem prevenir a efectivação urgente do quadro constitucional relativo ao poder local, que deverá estabelecer quais os poderes de tomada de decisão centralizada (por exemplo, na área do sistema judicial), quais os poderes relativos a decisões que a um nível de agregação são tomadas centralmente mas na sua desagregação são atribuídas a órgãos locais (o exemplo da escola) e ainda aqueles poderes que são atribuídos de um modo completo a entidades locais (por exemplo, a questão dos jardins, do lixo, etc.). Deverá simultaneamente ser previsto um sistema de prestação de contas das unidades dos diferentes níveis que garanta a transparência de decisões e dos processos a elas relativos. Esta implica a responsabilização de todos aqueles que prevaricarem, não só perante o governo central e/ou provincial, mas também, o que é essencial, perante as populações que os mandataram. E, como é obvio, as 'regras do jogo' atrás enunciadas para a democracia representativa aplicam-se também ao poder local.

Poder local que, conjugado com a democracia directa de assembleias de base, constitui uma outra forma de participação democrática. Mas para que a participação em processos de tomada de decisão, directa ou indirectamente, seja genuína, para além de informadas, as pessoas devem formar e manifestar livremente a sua vontade. Para isso, o efectivo exercício dos direitos previstos na constituição é fundamental e sem as regras de jogo democrático não terão sentido. Este tema é tratado na próxima nota.



Jango

MENSAL

Propriedade: EDIÇÕES JANGO, LDA. — HUAMBO.

Fundador: DAVID BERNARDINO

Director: DARIO DE MELO

Colaboradores: C. Pinto, F. Oliveira, Liz Matos, L. Bernardino,

M. C. Neto, Ruth Lara, Sandra Roque, Manuel Dionísio, Manuel Rui

Sede: C. P. 28 — Huambo

Administração: C. P. 3335 — Fax 393425 — Luanda

Execução gráfica: LITO TIPO, LDA. — LUANDA

Tiragem: 5 000 exemplares



Os meninos do Alvalade

Nem só o Huambo tem os seus meninos, o Alvalade também. Sem cantiga, mas com skates, sem poema, mas com bicicletas, sem cantar, mas com motoretas...

E é ver que ainda não há muito tempo, pouco antes dos tiros de Luanda, o Bairro de Alvalade constituía uma zona de perigo para qualquer automobilista. Ao entardecer, skates tripulados em altas velocidades por crianças irresponsáveis (embora filhos de gente muito responsável) tomavam de assalto as ruas; bicicletas sem luz volteavam frente às viaturas que ali passavam; motorizadas ululantes, em manobras de circo, deixavam as namoradas deleitadas e suspirosas; enfim, um pouco de quanto caracterizava e diferenciava este bairro de gente-bem, de todos os outros que têm, naturalmente e também, gente de bem.

De repente — "não mais que de repente", como diz o canto do poeta — vieram os tiros e as crianças desapareceram.

Será que com os trágicos acontecimentos de Luanda, os meninos do Alvalade morreram, ou que, aproveitando-se da ocasião, algum mafioso os sequestrou?

Más línguas (que, como más que são, não haveis de acreditar) afirmam que com os tiros (e já antes deles) as crianças foram bazadas para se furtarem à confusão e os adolescentes, muito justamente retirados, para fugirem à hipótese de uma eventual incorporação militar.

Perguntavam-me estas línguas más e veperinas (que podemos ouvir, mas não havemos de acreditar) se os meus filhos são feitos de matéria mais resistente ao tiro que os filhos de alguns alvaladinos (ou outros) que, pelos vistos, têm uma carnação mais humana, mais delicada, mais ajustada às tremuras dos frios europeus...

Perguntavam-me, estas línguas más e verrinosas (que embora ouvindo, continuo a não poder acreditar) se a minha mulher tem menos importância, ou um maior dever de sacrifício que as outras que se encontram auto-deslocadas na "metrópole"...

Perguntam-me ainda (essas línguas incredivelmente más e demagogas e, direi até, recuperando um termo de antigamente: reaccionárias) se nós, os sem casa, os sem carros, os sem vintém que nos acuda, iremos continuar a dar (como, aliás sempre demos) os nossos filhos para a defesa da Pátria, da Liberdade, da Unidade Nacional, da Democracia, mantendo-nos escravos do dever, cabendo aos outros a obrigação sacrificada da escravatura dos benefícios...

Disse e repito: eu não acredito em más línguas. Mas ouço-as, especialmente quando futuram o que na 3.ª República vai acontecer.

Ouviremos (estória ou história que se repete) na Assembleia da República um alvaladino discursar assim:

"Vós, os que fizestes a guerra (e olhará para a bancada da UNITA e do MPLA). Vós os que destruistes o País (e olhará para todas as bancadas). Vós, os que nos quisestes obrigar a combater quando deveríamos estudar, temei — porque foi entre o sacrifício das invernias europeias que nos formámos; foi, deslocados em terra estranha, entre lágrimas de saudade pela terra que nos viu nascer, que temperámos o aço dos nossos corações... Voltámos para cumprir o nobre sacrifício de erguer a Pátria e vos julgar, não só pelo que fizestes ao nosso povo, como por nos terdes obrigado a deixar a pátria, fugindo à guerra, para que o sangue não manchasse a imaculada e impoluta pureza das nossas mãos".

A. PEREIRA MÁZIO



Governar limpo

Vem de outros tempos pensar que os inquéritos não sirvam para outra coisa, senão punir e castigar. Nunca para aclarar. Jamais para repor a verdade e ilibar, reafirmando a confiança, limpando a mancha da dúvida no pano limpo do bom nome de cada um.

Tanto assim é que basta saber que foi aberto um inquérito a tal ou tal pessoa, a este ou aquele responsável, para se ter, mais do que a certeza, a evidência de que ele é culpado.

Tanto assim continua sendo que se o inquérito inocenta o inquirido, imediatamente nos pomos a esgravatar entre familiares e amigos a cunha que terá conseguido remover as faltas, apagar as culpas, obstruir a marcha implacável da justiça.

Na hora em que temos um "Parlamento" que, por certo, optará pelo inquérito como forma de clarificar, de se documentar, de aprofundar razões; na hora em que temos um governo democrático cuja principal preocupação deverá ser a transparência e a lisura da sua acção governativa; nesta hora diferente e nova que vivemos — para que se não avolumem boatos, para que se não retenham dúvidas, para que não fervilhem mentiras — é necessário que se reabilitem os inquéritos, entre outros mecanismos (que haverá) para desembaciar o que nos pareça menos cristalino ou duvidoso.

É urgente, por exemplo, que se saibam as razões por que — atempada e antecipadamente — governadores abandonaram as suas províncias em tempos de maior crise. Porque se perderam cidades aonde a implantação da Unita era francamente minoritária. Porque se visita o estrangeiro e se inclui na delegação do Governo Provincial uma pessoa que não trabalha, não faz parte, não pertence a esse mesmo governo.

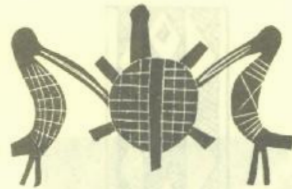
É necessário que se inquiria, que se aclare, que não vá a gente pensar que em tempo de tão pouco dinheiro, em tempo de democracia, estamos iguais ao outro tempo antigo — quando uns apanhavam a boleia dos benefícios e outros obedeciam ao sacrifício das dificuldades.

É necessário, quanto a nós, habituarmo-nos a inquirir para moralizar, não só punindo quando seja o caso, mas inocentando, ali onde, por justiça, a verdade tenha de ser declarada.

Reconhecer acima de tudo que qualquer pequeno problema (como estes que aqui trouxemos de exemplo) é decisivamente grande para a imagem de credibilidade e transparência que se tenha, ou não, do governo.

Urge reconhecer que não basta tão somente governar com honestidade, mas que todos nós temos o direito de ver, de saber, de sentir que se governa honestamente e sem encobrimento algum.

Se perguntar não ofende, perguntamos: a ajuda que a UNITA recebe, realizando as suas comunicações militares via satélite, não pode ser considerada como violação do "Triplo Zero"?



manuel rui

SER DO HUAMBO

Crônicas do futuro, presente e passado

Coisinhas da Chuva - 2

Nunca sabíamos distinguir entre os tortulhos que se comiam e os venenosos. No entanto, sempre que fomos apanhar tortulhos, na volta para casa, a mãe nunca desconfirmou: jamais se trataram de tortulhos venenosos.

Mal a boca do céu se começava a encher de nuvens de bochecha grande, fartas de água e com vontade de rebentar, começávamos logo a repor os assuntos da chuva. Que eram muitos.

Houve anos que permanecemos dias e dias na expectativa.

A mãe falava que no antigamente sapalalísimo, houvera um ano em que o céu egoistou a chuva toda com ele e só os capinzais da margem dos rios, quase pouco ou nada na reciclagem do amarelo seco e depois o verde, se mantiveram na mesma, sugando sempre água da terra preta e generosa em húmus. De resto, foi a seca e a fome.

E, como se não bastasse, foi a praga de gafanhotos. A mãe dizia que ainda os gafanhotos vinham longe e já se ouvia seu cantar de voo sobre tudo que era comida. Que até, de tantos que eram, tapavam a luz do sol, vejam só. Arrazaram tudo, de tal maneira e voracidade que, por onde pas-

sou a praga, nem folha única de árvore ficou!

Nós ficávamos nessa meditação de quês e porquês. Como é que os gafanhotos se juntavam assim? E porquê só daquela vez? E para se juntarem assim haveria algum chefe de gafanhotos a mandar neles? Agora se eles se decidissem a voltar? Como ficariam as nossas nespereiras, laranjeiras, mangueiras, goiabeiras e outras árvores que orlavam a nossa casa? E as amoreiras de onde tirávamos as folhas do verde mais chuvoso para darmos de comer aos bichos da seda?

Era tudo um mistério! Nos assuntos da chuva, primeiro, na primeira chuvada, logo o anúncio dado pelo voar dos salalés, íamos molhar, de imediato, a cara nas primeiras gotas que o céu começava a despejar. Depois, quando o céu começava a estraçalhar as nuvens e a chuva se entregava a chover no balanço do vento e as nuvens a

chocar umas contra as outras no desamor que dava o raio e o trovão, ficávamos a ver a chuva por detrás do vidro da janela. Era muito demais a água. Como nós desejávamos.

E assim que a chuva forte amainava em graça de chuvisco, a estrada era uma espécie de rio caudaloso. Tomávamos banho e inventávamos barcos sem nunca os termos visto e muito menos o mar.

A mãe já tinha andado de barco.

Ela contava.

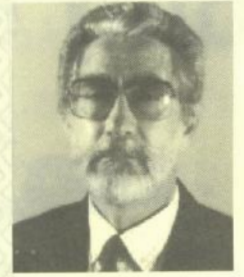
E era desses contares que inventávamos os nossos barcos para aquela água da chuva transformada em mar na nossa imaginação.

Uma vez, agarrámos um daqueles gafanhotos matulões, verde, folha nova de amoreira, dentro das asas abertas quando lhes dava voação. Quem sabe, disse um de nós, se não é um desses que andou a comer tudo?

Então, fomos de escondida no carrinho de linhas da mãe. Amarrámos o gafanhoto dentro de uma gaveta de caixa de fósforos e pusemo-lo a navegar no nosso oceano.



Crônicas de Fernando Marcelino



Sinais dos tempos

Nada de falar aqui das alcunhas humilhantes com que fui basto ungido na minha, nesse aspecto, atribulada infância, não vá o diabo tecê-las e elas voltarem a cair no goto da malta e eu a chatear-me outra vez com isso, pois a minha susceptibilidade de vidrinho continua estupidamente viva.

Nem de alongar-me muito sobre os tratos de polé de que tem sido alvo o meu nome "bem angolano", no dizer de um fotógrafo (?) retornado dos Zaires, que falhou a fotografia mas não a cobrança antecipada da mesma, condimentada é verdade por tão bonito piropo. De facto que importará ao futuro da humanidade ou até ao meu, que eu seja Marcelino Enjinheiro, Marcelino Branco, Marcelino Fernandes, Marcelino dos Santos, Marcolino, sei lá que mais, em vez dos lídimos Fernando Marcelino, Branco Marcelino ou Marcelino tout court?

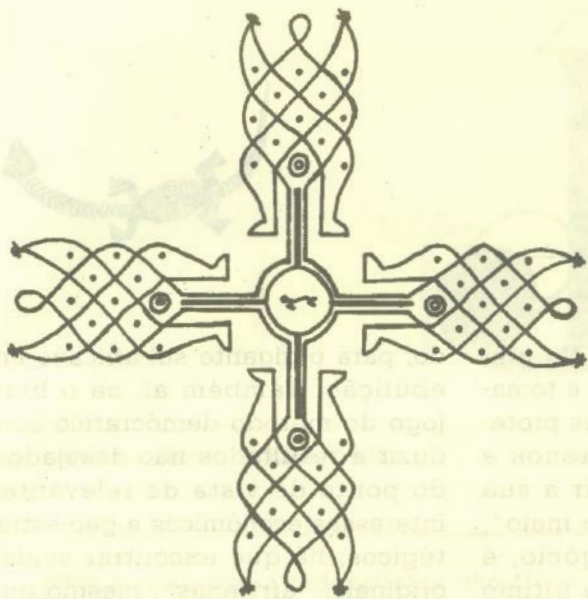
Nem se trata de carpir as mágoas de uma progressiva despersonalização em que sou cada vez menos eu próprio para ser cada vez mais o marido da Miette, o Pai do Zé, o avô da Sofia, o tio do Carlos, o sogro da Fanny, etc. etc..

Hoje quero glosar outro mote. Quando até eu começava já a esquecer-me disso e um bom par de anos escoado sobre os Abris de 74 e o meu optar angolano, vai daí um monte de camaradas deu em (re)descobrir que eu era engenheiro. E em desistir do quase tu cá tu lá sem pancadinhas na barriga que ela só há bem pouco começou a dar para isso. E agora é um ver se te avias a gastarem-me o título ou a exagerá-lo: porque neste contexto Cda. Engenheiro, desta feita Cda. Doutor, na actual fase Cda. Cientista... Para não falar do aumento alarmante da frequência do Sr. em lugar do Cda. e até de uns Excelentíssimos ou Excelências que nem o Prefeito de Sucupira.

Pela lei das compensações há por outro lado uns tantos que, ou por timidez, ou por intimidade, ou porque acham que assim é que está bem, aboliram o Cda. e optaram pelo Sr. Marcelino sem título. E não querem lá ver como as coisas são? Se Cda. Marcelino nunca me doeu nem doi absolutamente nada e ainda tem um agradável ressaibo aos gloriosos tempos do M, Sr. Marcelino até me morde um bocadinho. Serão caturrices das idades ou simples invejice, já que a médico ou a advogado, a economista ou a INEsista, velho ou novo, competente ou não, íntimo ou nem tanto, nem pensar em desatrear-lhe o doutor do onomástico...? Será para me distinguirem dos filhos, já que nem no Guinness haverá clã de tanto eng.º como cá o do velinho? E então eu serei o Sr. Marcelino para os filhos serem, sem confusão de gerações, os Eng.º Marcelino?

Tudo isto serão ao que parece sinais dos tempos. E o estar a reassumir-se cada vez mais a importantização do título, no que representar de combate ao demagógico nivelar por baixo que levou a tantos reis nus por esse socialismo afora, até que será defensável. Agora dificilmente o será se aquilo a que vai levar for como receio a uma pesporrente elite mais preocupada com os direitos, reais ou imaginados, do que com os deveres, e onde os títulos ou os galões, de parceria com o kumbu, bem ou mal ganho, justifiquem tudo e sobrelevem a competência e a probidade, a inteligência e a capacidade de trabalho.

SETEMBRO 1990



As razões do bem falar

Círculo vicioso

É um ouvinte que me alerta para a impropriedade da expressão "ciclo vicioso" em vez de "círculo vicioso", tantas vezes ouvida e até lida.

A designação do vício de expressão que se comete quando duas coisas se explicam uma pela outra, ficando ambas, sem explicação, é *círculo vicioso*, *demonstração circular* ou *dialelo*. É um dos casos de "repetição de princípio", ou "petição de princípio", erro lógico que Aristóteles estudou e que consiste em:

1. Fundar o raciocínio numa premissa maior enunciando uma relação que não se demonstra como universalmente verdadeira;

2. Formular o raciocínio de modo que a premissa contenha já o que se quer demonstrar silogisticamente.

Círculo vicioso é, pois, a expressão correcta, apropriada. Trata-se de argumentação viciosa, circular, uma vez que se pretende inferir uma conclusão de uma premissa que, por sua vez, só pode ser demonstrada a partir da dita e suposta conclusão.

A deturpação "ciclo vicioso" é resultado da "falsa analogia", da semelhança fonética das duas realizações, "círculo" e "ciclo".

O emprego do condicional

Será correcto o emprego do *condicional* nestes exemplos:

- O árbitro *diria* que o jogo ia ser interrompido...
- O incêndio *destruiria* todo o edifício em menos de uma hora...
- O Benfica *marcaria* o segundo golo aos trinta minutos...

Não seria mais correcto dizer:

- O árbitro *disse* que...
- O incêndio *destruiu*...
- O Benfica *marcou*...?

As acções reportadas a um tempo passado, concluídas já, *perfectae*, são geralmente expressas no pretérito perfeito: *disse, destruiu, marcou*.

Contudo, nos últimos tempos, em especial no reino do desporto, tem-se observado a tendência para recorrer ao *condicional de modéstia*.

Para os autores da *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Celso Cunha e Lindley Cintra, este tempo emprega-se:

- Para designar acções posteriores à época de que se fala;
- Para exprimir a incerteza (probabilidade, dúvida, suposição) sobre factos passados;
- Como forma polida de presente, em geral denotadora de desejo;
- Em certas frases interrogativas e exclamativas, para denotar surpresa ou indignação;
- Nas afirmações condicionais, quando se referem a factos que não se realizaram e que, provavelmente, não se realizarão".

Help with English

I. Homonyms (Homónimos)

For each of the following words write another word which sounds exactly the same but is spelt differently.

No lugar de cada uma das palavras seguintes escreva uma outra que se pronuncie da mesma maneira mas seja escrita de forma diferente

- sore (ferida, dor, dorida)
- medal (medalha)
- key (chave)
- rap (tamborilar)
- root (raiz)
- wait (espera, esperar)
- pedal (pedal, pedalar)
- isle (ilha)
- principle (princípio)
- doe (corça)

II. The and a (n)

Note the absence of THE when referring to things in general, and the use of THE to refer to a particular example. Fill in the spaces as necessary with A(N) or THE.

(Aponte a ausência de THE quando se refere a coisas em geral, e o uso de THE quando se refere a um exemplo em particular. Preencha os espaços onde necessário com A(N) ou com THE).

Why is ___ bottle of champagne broken over ___ bows of ___ ship when it is launched? Early sailors were very superstitious, believing that when they sailed out of sight of land they were in ___ power of "___ mighty spirit of ___ sea". ___ only way to ensure a safe passage was to placate ___ god with ___ human sacrifice. So when ___ vessel was launched ___ young girl was sacrificed and her blood spattered on ___ craft's bows. This grisly ritual survived into ___ early days of recorded history in ___ Scandinavian countries.

Later ___ human sacrifice was replaced by ___ carved effigy, always of ___ young and attractive female, which developed into ___ ship's figurehead. ___ launching ceremony later used red wine for blood and, in more recent times, has been replaced by champagne.

But one link with ___ old ritual remains, it is always ___ woman who performs ___ ceremony of launching ___ vessel.

III. Singular

Rewrite these sentences in the singular.
(Escreva de novo estas frases no singular.)

- These windows have been cleaned.
(Estas janelas foram limpas.)
- We were hoping to finish the stories last Monday.
(Esperávamos acabar as histórias na segunda feira passada.)
- These girls wish to play chess.
(Estas raparigas querem jogar xadrez.)
- The men checked their watches.
(Os homens acertaram os seus relógios.)
- We don't think you can catch the mice.
(Pensamos que vocês não podem apanhar os ratos.)
- Chimpanzees are intelligent animals.
(Os chimpanzés são animais inteligentes.)

Jango LÊ-SE NAS LINHAS

AÉREAS INTERNACIONAIS **TAG**

- Answers — Respostas correctas.**
- saw (particípio passado do verbo ver; serrote)
 - meddle (mexer)
 - quay (cais)
 - wrap (embrulhar; agasalho)
 - route (rota)
 - weight (peso)
 - peddle (ser butar/nheto, revender)
 - will (contracção de: I will)
 - principal (o mais importante; director de um colégio)
 - dough (massa, farinha amassada)
 - a, a, The, the, a, the, a, a, the, the, the
 - The window has been cleaned.
 - I was hoping to finish the story last Monday.
 - This girl wishes to play chess.
 - This man checked his watch.
 - I don't think you can catch the mouse.
 - The chimpanzee is an intelligent animal.



APRENDA E DIVIRTA-SE

Jogos Lógicos

1.º JOGO

Esta série de palavras segue uma regra lógica:

MARCA
BARBUDO
CRUCIAL
DARDO
FRENTE
GIGANTE

Qual das palavras seguintes pode continuar a série:

FRACASSO
DESTINO
HULHA
PLURAL

2.º JOGO

Vejamos esta curiosa reunião familiar. Estão reunidas algumas pessoas da mesma família. Entre as pessoas presentes existem as seguintes relações: pai, mãe, filho, filha, irmão, irmã, primo, prima, sobrinho, sobrinha, tio e tia.

Todos têm um antepassado comum e não há casamentos consanguíneos. Existe precisamente o número mínimo de pessoas necessário para que todas estas relações se verifiquem.

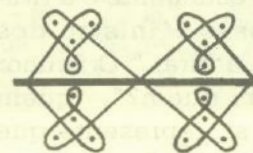
Qual é esse número?

3.º JOGO

Este caso de parentesco é muito raro; no entanto, por vezes acontece.

Dois homens são ao mesmo tempo tio e sobrinho um do outro.

Que laços familiares poderão produzir este fenómeno?



Por exemplo:
André e Bernardo são vlvos. André tem uma filha: Ana. Bernardo tem também uma filha: Beatriz. André casa com Beatriz e tem um filho: Cláudio. Bernardo casa com Ana e tem um filho: Silvério. Cláudio é irmão de Ana, mãe de Silvério, portanto tio de Silvério. Silvério é irmão de Beatriz, mãe de Cláudio, portanto tio de Cláudio.

3.º JOGO

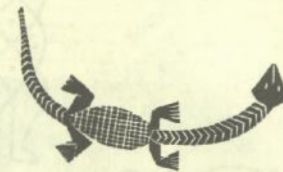
Bastam quatro pessoas: Existe um homem e a irmã. Ambos são casados, mas os cônjuges respectivos não estão presentes. As outras duas pessoas são o filho de um e a filha do outro.

2.º JOGO

Cada palavra da série contém duas vezes a mesma letra. MARCA tem dois A; BARBUDO, dois B; CRUCIAL, dois C; DARDO, dois D; FRENTE, dois E; GIGANTE, dois G. A palavra seguinte deve conter dois H. Só HULHA convém.

1.º JOGO

RESPOSTAS:



Notas & Reflexões

Fernando Oliveira

1. Voltando à "vaca fria", ou melhor "requeitada", do reconhecimento de Angola pelos Estados Unidos: chega-nos às mãos uma entrevista de Chester Crocker a um semanário português, a propósito da recente publicação de um seu livro, "High Moon in Southern Africa". Fica-nos o apetite para a leitura da obra, mas desde já encontramos na referida entrevista pistas assaz esclarecedoras dos caminhos e descaminhos da política norte-americana para com o nosso país, ao longo destes últimos anos, particularmente desde Reagan. Aliás, o texto do conhecido político e universitário americano estará agora a ser confrontado com um livro, também acabado de sair, da igualmente universitária americana Elaine Windrich, "The Cold War Guerrilla. Jonas Savimbi, the U.S. Media and the Angolan War". Significativamente, a autora dedica a sua obra "às vítimas angolanas da doutrina Reagan"...

A propósito de Crocker, há alguns anos atrás, quando este grande senhor andava em plena "navette" diplomática, na fase angolano/cubana/namibiana do nosso processo, tive a oportunidade de presenciar uma cena curiosa. Posto frente a frente na sua mesa de negociações com uma delegação angolana, aqui em Luanda, questionou-o directamente e a título prévio o nosso Ministro dos Estrangeiros da altura: "O Senhor está a falar com quem?", "quem está diante de si, representa que governo, que país?", "se os interesses económicos americanos neste país forem antingidos, a quem é que o seu governo vai pedir responsabilidades?". Por esta forma subtil, estava afinal Paulo Jorge a pôr a nu o caricato e absurdo da situação, isso de não se admitir, ao menos, um reconhecimento implícito, quando se estava visivelmente em plena negociação internacional e quando se sabia (e sabe) que eram (e são) precisamente americanos os maiores interesses económicos estrangeiros em Angola...

A "provocação" do ministro angolano ficou sem resposta, mas por estas e por outras é que Chester Crocker havia de dizer mais tarde, se bem me lembro na "Afrique-Asie", que Paulo Jorge

fora o mais duro e hábil negociador que lhe tinha aparecido pela frente...

2. Já várias vezes se disse que a atitude dos EUA para com o reconhecimento de Angola, na exigência de "atestados de bom comportamento" a exibir pelo governo angolano, foi sempre a de colocar a facha cada vez mais alta. Vê-se agora que havia um fio condutor escondido nas exigências sucessivamente acrescidas: a convicção (a par do desejo) de que essa facha seria alcançada pela "parte" sua protegida. Porque, no caso (sempre não esperado) de ser pela outra "parte", o inimigo histórico, acrescentar-se-ia então mais um degrau...

Agora, esgotada esta escalada (ou quase, já que fica ainda residualmente a 2ª volta presidencial...), as coisas são postas de uma forma mais aberta. É aqui que os propósitos arrastados da administração Bush são iluminados pela teorização de Chester Crocker: por um lado, o "pecado original" histórico do poder assumido pelo MPLA, por força da "ilegitimidade da descolonização" de Angola; por outro, neste derradeiro momento, a afirmação de que "os EUA devem obter a paz em troca do reconhecimento". Este aparece assim como a "última ratio", a última "leverage" (força da alavanca) de que dispõe a grande potência para alcançar a paz no nosso País...

Ao que vem esta manifesta, para não dizer cínica, instrumentalização do reconhecimento? Como explica que uma figura, que contraditoriamente é apenas um "acto simbólico" (Crocker dixit), seja deste modo erigida em alavanca decisiva? A (in)coerência de tudo isto reside, bem vistas as coisas, no tipo de paz que se almeja, na solução que se quis, ou agora se quer, impor ao povo angolano.

Não se trata apenas da visível dificuldade de se reconhecer que se apostou no cavalo errado e de se ter de explicar aos contribuintes americanos que afinal andaram ao longo dos anos a subsidiar alegados "combatentes da liberdade" que o seu povo haveria de

rejeitar à boca das urnas. No fundo, e uma vez inviabilizada a tomada total do poder pelos seus protegidos, trata-se de, ao menos e como mal menor, garantir a sua partilha. "Partir a pera ao meio", na política como no negócio, é sempre a boa solução de último recurso...

É neste contexto que Chester Crocker vem, na referida entrevista, suspeitar o MPLA de uma "propensão monopolista da política", de querer "to have it all". Repare-se que é um americano que o diz, nada perturbado pelo facto de no sistema eleitoral do seu país vigorar precisamente a regra de que "the winner takes all". E fingindo desconhecer que as regras postas em vigor em Angola depois de Bicesse para a escolha dos poderes executivo e legislativo (sistema proporcional para o Parlamento, sistema de duas voltas para as presidenciais), para além da aplicação que delas se fez após as eleições de Setembro (generosa distribuição de lugares no governo a outros partidos, muito para além do que obrigariam as nossas normas constitucionais), estão longe de mostrar esse suposto desígnio hegemónico.

3. Indo ao fundo da questão, o que se pode defender é a permanência de um forte condicionamento regional em que a questão angolana se insere. É, afinal, a exemplaridade do processo angolano para outras paragens do sub-continente, para Moçambique, talvez para outros países africanos e, sobretudo,

do, para o gigante sul-africano em ebulição. Também aí, se o livre jogo do método democrático conduzir a resultados não desejados, do ponto de vista de relevantes interesses económicos e geo-estratégicos, há que encontrar saídas originais, "africanas", mesmo que isso implique rever os "ordenamentos jurídicos dos territórios", ao sabor das "etnicidades" e das "federalizações" que, aqui e agora, não são mais do que encapotadas bantustizações.

E eis como, pela mão de Chester Crocker e dos seus seguidores, nos deparamos com um novo e perverso "linkage"... São as decantadas "soluções africanas" de que falava Pik Botha. É a rejeição do "exclusivismo do critério eleitoral", sobre o qual arengava há dias António Barreto, no debate transmitido na televisão portuguesa.

Andaram tantos anos a inculcarnos a excelência universal da democracia, na substância, na finalidade e nos métodos; andaram a negar-nos, terminantemente, qualquer arroubo de tentarmos construir as nossas próprias soluções, senão na essência, pelo menos na forma e vias de se realizar a democracia.

Fizemos-lhes, obedientes, a vontade, inclusivamente no que toca aos calendários.

Afinal, ao que parece, assim como há uma verdade para além e outra para aquém dos Pirinéus, também os proclamados princípios universais se transmutam com o calor dos trópicos. Ou, dito de outro modo, como o fez sarcásticamente Manuel Rui no referido debate, haverá uma democracia para brancos e outra para pretos...

AOS NOSSOS LEITORES

Motivos de força maior fizeram com que o "JANGO" não fosse publicado durante os dois últimos meses — Fevereiro e Março.

Aparecemos agora com o número de Abril — o oitavo "JANGO" é igualmente o nº 8 o que, naturalmente, está incorrecto para quem iniciou a publicação pelo número zero.

Um engano fez com que, em vez de 6, déssemos ao último "JANGO" o número 7. Fica pois o aviso, a quem tenha por costume guardar-nos: o número seis não existe na nossa colecção.